

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA?	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4901916011	
CAPÍTULO 2	18
TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA	
Maria da Conceição Carvalho Dantas	
Denise Bastos de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.4901916012	
CAPÍTULO 3	27
PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	
Michelle Araújo Moreira	
Thaís Borges Gally	
DOI 10.22533/at.ed.4901916013	
CAPÍTULO 4	43
INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	
Karine Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4901916014	
CAPÍTULO 5	58
HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Rejane Cristina Lages Rocha.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916015	
CAPÍTULO 6	73
CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4901916016	
CAPÍTULO 7	89
ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Xenusa Pereira Nunes	
Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4901916017	
CAPÍTULO 8	99
A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES.	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

CAPÍTULO 9	107
A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL	
Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916019	
CAPÍTULO 10	116
A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS.	
José Edson da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.49019160110	
CAPÍTULO 11	125
CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.49019160111	
CAPÍTULO 12	133
IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	
Patrícia Cerqueira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.49019160112	
CAPÍTULO 13	142
O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49019160113	
CAPÍTULO 14	155
TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS	
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata	
DOI 10.22533/at.ed.49019160114	
CAPÍTULO 15	169
UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA	
Jobson Rios dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160115	

CAPÍTULO 16	177
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE	
Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.49019160116	
CAPÍTULO 17	189
PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160117	
CAPÍTULO 18	203
LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160118	
CAPÍTULO 19	212
MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Lucas Leal	
DOI 10.22533/at.ed.49019160119	
CAPÍTULO 20	230
“VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM	
Sílvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.49019160120	
CAPÍTULO 21	240
ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL	
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160121	
CAPÍTULO 22	256
ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS)	
Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.49019160122	

CAPÍTULO 23	266
UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA	
Daniel Kamlot	
DOI 10.22533/at.ed.49019160123	
CAPÍTULO 24	277
FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA	
Marcos Ribeiro de Melo	
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160124	
CAPÍTULO 25	289
GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)	
Rayane Ribas Martuchi	
Ticiane Paiva de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160125	
CAPÍTULO 26	302
REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?	
Lara Araújo Roseira Cannone	
Raissa Lé Vilasboas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.49019160126	
SOBRE A ORGANIZADORA	310

MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Lucas Leal

Universidade Federal Fluminense Universidade
Federal Fluminense
Niterói – Rio de Janeiro
lucaslealhistoria@gmail.com

RESUMO: Este capítulo apresenta o começo da investigação sobre a atuação das mulheres cineastas negras no Brasil. Tecemos caminhos buscando relações entre as questões socioeconômicas e políticas para pouca existência das mulheres cineastas. Desvelamos o racismo epistêmico e a importância do feminismo negro. Há argumentos sobre a dominação masculina e a tentativa de construir uma matriz feminista para estudos de gêneros, homens e masculinidades, dada a identidade do autor. Os dados foram recolhidos para tese de doutorado em Política Social e apresentaremos principalmente o campo e/ou espaço social inicial, a própria Universidade e cursos de Extensão. Foram elaborados três cursos para execução durante o segundo ano de doutoramento. No entanto, este texto atualiza a proposta, apontando mudanças da pesquisa. A tese será publicada em agosto de 2019 e há outros artigos com desdobramentos teóricos e empíricos. O convite da Editora Atena foi transformar em capítulo de livro, artigo publicado

sobre o início da pesquisa. Apresentamos, assim, algumas proposições que podem ser executadas futuramente e/ou adaptadas pelos leitores. Portanto, o texto tem significado teórico-metodológico, com nuances do trabalho docente e de pesquisa, além de indicar os desafios das questões políticas em temáticas de gêneros, étnicos raciais e de sexualidades. A perspectiva do texto é de um docente, homem, branco, investigando questões específicas das mulheres negras, enfatizando a importância dos movimentos sociais contemporâneos. Esperamos gerar debates e questionamentos importantes para finalização da tese.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres cineastas; Feminismo negro; Movimentos sociais; Extensão Universitária; Sexualidades.

ABSTRACT: This chapter presents the beginning of a research on the role of black women filmmakers in Brazil. We searched for relationships between socioeconomic and political issues to the lack of women filmmakers on the market. We unveiled epistemic racism and the importance of black feminism. There are arguments about male domination and the attempt to construct a feminist matrix for studies of genders, men, and masculinities, given the author's identity. The data were collected for a doctoral thesis in Social Policy. We will present

mainly the field and initial social space. Three courses were elaborated for the second year of the PhD research. However, this text updates the proposal, pointing out changes in the research. The thesis will be published in August 2019 and there will be other papers on theoretical and empirical developments. Editora Atena invited the author to publish the paper on the beginning of the research as a book chapter. Thus, we present some propositions that can be carried out in the future or adapted by the readers. The text has a theoretical-methodological meaning, with a glimpse of teaching and research work, as well as indicating the challenges of political issues regarding gender, race-ethnicity and sexuality. The text's perspective is of a white male lecturer, investigating black women issues. We emphasize the importance of contemporary social movements. We hope to generate debates and important questions to finalize the thesis.

KEYWORDS: Women filmmakers; Black feminism; Social movements; University Extension; Sexuality.

1 | INTRODUÇÃO /APRESENTAÇÃO/JUSTIFICATIVAS

Este capítulo do livro apresenta principalmente a metodologia do início de pesquisa de doutorado em Política Social. O objetivo é desvelar questões sobre a ausência de mulheres negras cineastas. No texto resolvi deixar o processo da pesquisa, embora ela tenha se desdobrado em outro formato, que também colocaremos brevemente aqui.

Para elaborar as questões, foi preciso investigar sobre o feminismo negro e a importância da discussão para os movimentos sociais contemporâneos. Entretanto, para os dados serem recolhidos desenvolvemos uma metodologia de ensino-aprendizagem a partir da experiência do “cinema compartilhado” e o “ver juntos”.

O arcabouço teórico inicial nos fez escolher como campo ou espaço social a formação docente na Universidade e as possibilidades sociais em cursos de Extensão. Neste momento da pesquisa atuava como substituto no Departamento de Ciências humanas na Universidade Federal Fluminense (PCH), em Santo Antônio de Pádua.

Elaborei, portanto, após o primeiro ano de doutoramento, três cursos de extensão que seriam oferecidos na própria UFF: *Cinema e mulheres: penso, logo filmo!* (Fase 1); Aprovado em reunião do PCH em 10/05/2017; e *Cineastas negras – Ciclo de cinema como tema gerador* (Fase 2); *Feminismo negro e movimentos sociais: Prática com cinema documentário* (Fase 3), que ainda seriam apresentados ao departamento.

Na construção dos cursos, tema tratado neste capítulo do livro, tecemos os seguintes caminhos teóricos: a questão das mulheres cineastas e o debate sobre o racismo epistêmico para entender a importância do feminismo negro na esfera dos movimentos sociais contemporâneos, como os movimentos feministas (e suas vertentes).

Para elaboração dos argumentos, tivemos que recorrer as características

sociais sobre a dominação masculina, buscando questionamentos e possibilidades de modificações estruturais. O intuito dos cursos e desse caminho teórico foi construir uma matriz feminista em estudos de gêneros, sobre homens e masculinidades, dada a identidade do proponente do projeto (homem, branco).

De início a proposta era investigar sobre as mulheres cineastas, especificando a esfera das cineastas negras, como campo social, de grupo social, em espaço social, na relação da Educação em Direitos Humanos (EDH). A continuação da pesquisa segue pelo caminho teórico-metodológico da pesquisa-ação, revelando ainda, estratégias da animação cultural e dos estudos culturais contemporâneos.

Sendo este capítulo do livro, atualização de um artigo sobre o processo de pesquisa de doutorado, salienta-se a importância de outras complexas análises. A decisão de colocar o processo e suas mudanças é pela possibilidade de diálogos com essa breve compreensão de uma manifestação da questão social. Neste sentido, adianto que não foi possível executar os cursos, entre outros motivos, principalmente pela não permanência como substituto na UFF-Pádua como prevíamos. A pesquisa se desdobrou de outra forma, e ainda tem a extensão Universitária como um dos campos, motivo pelo qual decidi manter o título original do artigo publicado em 2017¹.

A estrutura inicial previu 7 (sete) fases com cursos de extensão para as três fases iniciais. Idealizamos ainda a conclusão da tese com um longa-metragem documentário. O intuito era construir esse material enquanto sujeitos sociais ou grupo social, pensando o espaço social (de investigação). O documentário, na inicial argumentação, seria para dar visibilidade de um povo e não seu desaparecimento.

Como justificativa do projeto em si, temos dados sobre pobreza e desigualdade social, que afeta a população negra no Brasil. Há presença cada vez maior da mulher negra na Universidade, em cursos de formação de professores, e no ensino médio-técnico do Estado (novo campo da pesquisa). As políticas educacionais, neste sentido, se associam as políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, e as cotas estudantis.

A ideia de trazer o cinema (e a questão artística) tem relação direta com a formação acadêmico-artística do autor. Lecionando em múltiplas áreas, busco associar teorias e metodologias para sala de aula. O cinema é uma ponte para temas geradores e problematiza ainda a tecnologia no ensino. Debate-se a educação online (EOL) a partir da formação presencial, articulando, necessariamente, políticas culturais e artísticas. O leitor pode se perguntar, portanto, “como o autor consegue associar tantos temas?”.

É justamente esse o trabalho do doutorado, trazer uma temática nova, que discuta questões inéditas. Com a multiplicidade de temáticas sociais, precisamos atualizar o ensino e a percepção sobre aprendizagem. A tese de doutorado em Política social traz questões de políticas educacionais, culturais e artísticas, o que caracteriza um conceito fundamental para pesquisa, a importância da *intersectoriedade* das políticas

¹ V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades.

https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA14_ID831_18062017191056.pdf

públicas.

Outro objetivo, mais complexo, é analisar a atuação dos movimentos sociais contemporâneos, como os movimentos feministas, localizando o feminismo negro, na mudança de realidades. São eles que articulam enfrentamento das questões de pobreza e desigualdades sociais, que em nossa argumentação, são pressupostos para ausência de mulheres negras cineastas no mercado de bens simbólicos, como cultura e arte.

Há muitos canais sérios de divulgação com informações que ampliam as formas de representações e valorizam as conquistas dos movimentos sociais contemporâneos. Colocamos no início da investigação, o blog *Geledés* e o canal *Afroflix* como fundamentais para pesquisa. Entender esses canais gerou um importante e animador dado de análise: a presença marcante das redes sociais como fomentadoras de debates sobre a questão de gênero e étnico-raciais.

O capítulo é do ponto de vista de um professor, homem, branco, e pode causar desconforto e/ou gerar debates e controvérsias sobre as colocações dissertadas. De certo, tenho em mente, como autor do texto, que o intuito de uma tese é esse, gerar questionamentos. Para tanto, sentirei muito orgulho se, a partir da sua leitura, chegue até minha caixa de e-mail, comentários, convites para debates, e críticas construtivas.

Certo amigo professor que leu o projeto comentou: *“Estás comprando várias brigas com esse tema...”*. E eu respondi: *“Estou sabendo... estou sabendo...”*. Estou “comprando várias brigas” porque acredito que pude modificar-me como professor e ser social a partir do tema. Acredito ser possível modificar, com as proposições da pesquisa, a estrutura educacional e social. Cinema, arte, política e diálogos coletivos, são para mim, elementos indispensáveis para ação social transformadora de realidades.

Ainda que este capítulo apresente principalmente aspectos do primeiro ano da pesquisa de doutorado e algumas atualizações do segundo, é preciso pontuar que houve um longo processo anterior de pesquisas. Surge, dessa forma, a pergunta: Valeu a pena insistir? Respondo que sim e desejo uma boa leitura reflexiva!

2 | METODOLOGIA E CAMINHOS PARA PESQUISA

No primeiro ano de doutoramento (2016.2 e 2017.1) construímos referências sobre políticas sociais, questões de identidade e relações de gênero que se estabelecem no âmbito das sociedades modernas e implicam diferentes formas de compreensão social dos sujeitos sociais. Buscando encontrar questão atual no âmbito das divisões sociais do trabalho e associando as mulheres, o mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1986.), como cultura e arte, encontramos na questão da ausência de mulheres negras cineastas no Brasil, importante questão para discutir no âmbito dos movimentos sociais.

Os dados de investigação inicialmente foram elaborados tendo como campo

social a própria Universidade. Dividimos as questões para trabalhar em três fases, com projetos de extensão. Na fase 1, *Cinema e mulheres: penso, logo filmo!* A ideia era dar destaque a questão da Educação em direitos Humanos (EDH) para trazer o debate sobre as mulheres cineastas. Para isso elaboramos discussão mais ampla e geral, sobre pobreza e divisão social do trabalho a partir de desigualdades de gêneros e étnico-raciais.

Na fase 2, *Cineastas negras – Ciclo de cinema como tema gerador*; queríamos desvelar a importância do feminismo negro. A cada encontro pensamos levar filmes para discutir a questão racial e de gênero com base na lista do blog *Geledés*², e o primeiro longa-metragem³ dirigido por uma cineasta negra no Brasil⁴, que só foi ao cinema quando se colocou na sessão “pornografia”. Estava previsto a cada encontro, “sessão de bate papo” com pesquisadoras e pesquisadores sobre a questão (não necessariamente negras ou negros como o proponente do projeto). Outra importante questão era registrar os debates e exibir fragmentos dos depoimentos da fase 1, incidindo na experiência de “cinema compartilhado” e “ver juntos” que Resende (2016) refere em sua tese.

Na fase 3, *Feminismo negro e movimentos sociais: Prática com cinema documentário*; trataríamos as questões paralelamente com o fazer cinema documentário. Queríamos resgatar as duas fases anteriores, revendo as imagens, enquanto grupo social, construindo novas imagens. Essa parte de experimentações é continuação do exercício de prática com documentário proposto por Resende (tese de 2016). Queríamos seguir o exercício feito pelo autor durante seu doutoramento propondo novos registros depois de exibirmos as imagens dos registros das fases 1 e 2. Registrar os debates durante a visualização dos registros antigos é uma possibilidade de analisar múltiplas imagens produzidas para criação de novas percepções ou para enfatizar o que foi dito, mesmo sem serem necessariamente as mesmas e os mesmos participantes. Dessa forma a construção do documentário é um resgate do processo, pensando e repensando os temas durante o fazer documentário, com registros anteriores e novos.

A tese e os conceitos que envolvem a temática tomariam base nas experiências na extensão universitária, mas, não realizamos os cursos, e seguimos por outros caminhos⁵. Elaboramos disciplina optativa na graduação – intitulada *Cinema e Mulheres* – e iniciamos o processo de aplicação da metodologia com cinema, mas, no meio do semestre 2017.2 o docente efetivo voltou, impossibilitando continuar

2 Filmes lançados a partir de 1995. <http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-no-cinema-16-filmes-que-voce-precisa-assistir/#gs.X8rJ=fw>

3 Filme completo, direção Adélia Sampaio (1984): <https://www.youtube.com/watch?v=xucurbdevue>

4 <http://blogueirasnegras.org/2016/03/09/o-racismo-apaga-a-gente-reescreve-conheca-a-cineasta-negra-que-fez-historia-no-cinema-nacional/>

5 Para ler continuação da pesquisa:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV112_MD1_SA3_ID427_07052018204528.pdf

as propostas. Em seguida fui aprovado para lecionar no ensino médio-técnico em Pernambuco, onde apliquei a mesma metodologia. Dessa forma, na tese, decidimos abordar as questões da política educacional e a relação com a política social, cultural e artística, sem, entretanto, revelar questões específicas das Instituições, dos alunos e das experiências.

A tese trata questões das políticas e das teorias que auxiliam entender formulação, implantação e de políticas públicas. Os campos foram possibilidades para desvelar formas de atuações para os docentes, dando ênfase as relações *Intersetoriais* das políticas envolvidas. Neste texto ainda tratamos das proposições de ações para sala de aula, justamente porque foram elas que nos levaram a buscar entender as políticas.

Tanto a metodologia, como os cursos de extensão podem ser executados futuramente e/ou adaptados pelos leitores. Mas, destaco que as proposições de ensino com cinema a partir do tema social identificado como problema estrutural foram utilizadas e adaptadas pelo autor em experiências educacionais. Por isso mudamos o título da tese, que não traz somente questões da extensão universitária – ampliando os espaços educacionais utilizados. Preservam-se os nomes das instituições envolvidas e questões específicas do processo em sala. Como o projeto na Uff-Pádua estava aprovado pelo departamento e foi citado no artigo original, permanece citado.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em questão busca entender questões sobre as mulheres que incidem diretamente nas relações sociais, na divisão social do trabalho, que as colocam sempre em situação de vulnerabilidade em relação às estruturas de poder. Em todos os espaços sociais, as relações de poder, desde o capital cultural e simbólico, ao econômico, estabelecem-se a partir de relações de dominação masculina. Essa constatação, no olhar da pesquisa, não quer ser uma conformação, e sim ponto a ser transformado.

Como homem branco, acredito ser fundamental pôr em debate as formas de discriminações de gênero (e com as mulheres) nas instâncias políticas, além de apontar a consciência da existência do *racismo epistêmico* nas relações institucionais em nosso país, embora alguns discursos amenizem a problemática, ou não coloquem em debate da melhor forma. Por tal constatação é que percebemos que o feminismo negro vem ganhando o cenário universitário, impulsionado pelas cotas estudantis dos anos 2000.

Santos (2016 apud CRENSHAW, 2002) diz que a literatura sugere o cruzamento dos dados entre opressão de gênero e raça (*interseccionalidade*) – que apontam para violência estrutural na sociedade em relação as mulheres negras. Medrado e Lyra (2008), embora falem especificamente da questão da saúde, apontam questões importantes do ponto de vista social, a dimensão relacional entre homens e mulheres:

Essa complexidade é exigida ao adotarmos a dimensão relacional de gênero,

evitando-se, assim, uma leitura marcada pela dicotomia e permitindo inclusive a emergência de outros objetos de pesquisa, a partir da abordagem de gênero, dentro de uma perspectiva feminista, que tem o poder como dimensão central de análise. (p.820).

Nossa análise pensa a “ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais” (idem, ibidem, p.820). Inicialmente há diálogo com produções que adotam “gênero” como categoria analítica. Em uma pirâmide da estrutura social de privilégios, temos: Homem Branco, Homem Negro, Mulheres Brancas, Mulheres Negras (há nuances, como questões LGBT; *Queer*; *Agenero*; entre outras identidades e sexualidades). Há, ainda, debate sobre privilégios de homens negros frente às mulheres brancas. Mas, há a identificação da mulher negra em situação de vulnerabilidade e invisibilidade perante decisões públicas e políticas.

A questão está inserida como campo social, de grupo social, em espaço social determinado e a partir de política específica, que aponta avanço na luta histórica dos movimentos sociais. Neste sentido destacamos a importância do debate das cotas para entrada das mulheres negras na Universidade. Enfatiza-se a resistência negra de quase 400 anos em relação a situação de trabalho escravo no Brasil – comumente tratado como movimento de abolição de 1888. Santos (2016), diz que se rejeitarmos os movimentos anteriores, onde as mulheres negras se suicidavam ou abortavam como forma de resistência, vamos considerar o feminismo a partir das mulheres brancas da década de 1960 nos EUA, como a historiografia, inclusive no Brasil, por certo tempo tratou.

A lei 3.708/01 de 2001 instituiu sistema de cotas para estudantes negros ou pardos, destinando 40% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro. Lei aplicada desde 2002 na UERJ e UENF. A UFF usa Lei nº. 12.711/2012, direito à Política de Ação Afirmativa. Recentes mudanças na autodeclaração convoca candidatos para aferição de Cor/Etnia (espécie de vistoria por uma comissão de cada Instituição):

A Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, na região Metropolitana do Rio, declarou 113 candidatos não aptos para ingressar nos cursos de graduação por meio das cotas. Os candidatos faziam parte dos 198 convocados pela Comissão de Aferição da Autodeclaração de Cor/Etnia para entrevista após terem documentos e foto verificados. Os candidatos foram selecionados entre a 1ª e 3ª chamadas. Conforme a UFF, na fase de pré-matrícula presencial eram 698 candidatos, sendo que 198 foram convocados para a entrevista. Dos convocados, 68 foram aprovados e 17 desistiram do processo.⁶

Tedesco (2012) afirma que a presença das mulheres no cinema se deu em todo período do primeiro século de existência do cinema (sobretudo na América Latina), mas, de forma irregular, fragmentada e sem continuidade. As poucas que se aventuraram, sofreram problemas de ordem externa, desconfiança das habilidades técnicas e projetos esquecidos. Chamou atenção problemas de registro das memórias

6 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-03/uff-desclassifica-113-candidatos-que-concorreram-vaga-por-meio-de-cota>

e narrativas, desconstruídas e conflituosas sobre a cronologia das produções (idem, ibidem, p. 101). Destacando a questão com outro recorte da pesquisa, as mulheres negras, são poucas realizadoras (reconhecidas) no Brasil. Para atualizar dados, temos o Canal *Afroflix*⁷, que divulga produção cinematográfica sobre a questão das mulheres negras, do feminismo negro, com referências dos movimentos sociais contemporâneos.

No processo de pesquisa percebemos claras contradições e tensões. Estabelecendo limites, ponho-me na posição de compreender o ponto de vista do outro, das outras nesse caso, mas também afirmar o ponto de justificação do projeto, minha atividade profissional como docente universitário. Há uma relação de interesse particular profissional, e partirei do pressuposto que o mais importante é estar estabelecendo uma relação dialógica com todas e todos participantes dos projetos. Diante do tema tentou-se entender as relações que se estabelecem pela presença da mulher negra nas Universidades para responder como o grupo social constrói seus argumentos, tendo o cinema como possibilidade para discussão.

Embora possamos perceber presença marcante dos movimentos negros, e das mulheres negras, com ONGS pelo país, a questão do racismo é estrutural (SANTOS, 2009). Para Crenshaw (2002 Apud SANTOS, 2016) a ciência moderna objetificou e inferiorizou os saberes de grupos (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, não ocidentais etc.) definidos como os *outros*, incluindo a área dos estudos feministas no Brasil. O movimento feminista negro é, portanto, processo racional de luta contra opressão estrutural, mudando a experiência de vivência das mulheres (negras). Ao trazer o conceito de *interseccionalidade*, evidenciamos questões de gêneros e étnico-raciais, desvelando o racismo epistêmico na estrutura social. Santos (2016) coloca que:

Assim como o sexismo epistêmico, o racismo epistêmico se constituiu historicamente enquanto um mecanismo de poder que objetiva o extermínio material e simbólico dos *outros* (DÍAZ, 2010). Para Ramón Grosfoguel (2011), os racismos político e econômico são expressões mais perceptíveis do que o racismo epistêmico uma vez que esse último se manifesta de forma mais velada. Apesar disto, o racismo epistêmico foi a forma fundante e a versão mais antiga do processo de subjugação, silenciamento e extermínio dos saberes e tradições dos não europeus. (p.11).

O artigo revisita a história do feminismo e nos interessa a respeito de reconhecimento da produção feminista em determinado contexto:

A despeito do reconhecimento do fato que os estudos feministas criticam os pressupostos da neutralidade e objetividade da ciência moderna que historicamente excluíram os *outros*, também é necessário recordar que o projeto político feminista foi ancorado na tradição da modernidade (PISCITELLI, 2002). Isto coloca o desafio de refletir em que medida este projeto, que também nasceu enquanto produção teórica em contextos territoriais hegemônicos (Europa e Estados Unidos), conseguiu romper com a perspectiva política e ideológica de construção unidimensional do conhecimento. Desafia-nos ainda a refletir sobre como a área dos estudos feministas no Brasil dialogou com a produção e com o debate sobre as relações étnico-raciais em âmbito nacional e internacional. (pp.11-12).

7 <https://www.facebook.com/afroflix/>

Santos (2016, p.12) diz que a partir de orientações feministas e antirracistas, sua posição é de partidária do feminismo negro e do feminismo pós-colonial, compreendendo essas vertentes do feminismo como teorias e éticas de emancipação humana. (apud hooks, 2004). Para conceituar gênero ela faz uso “das considerações da historiadora Joan Scott (1995), que compreende tal categoria como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças sexuais e que se institui como uma forma primária das relações significantes de poder.” (p.12). Em relação ao termo *raça*:

(...) partilho da definição conceitual de Michel Wieviorka (2007), que não a compreende como variável biológica, mas sim, como um construto histórico-social que legitimou práticas de subordinação e hierarquização de diferentes grupos sociais. Isso implica no meu reconhecimento do fato de que embora a *raça* não exista em termos biológicos, ela está presente no imaginário e, por meio de classificações assimétricas sobre o fenótipo de comunidades e indivíduos, organiza as relações de poder. (p.12).

Essas duas categorias são importantes quando juntas na análise. A literatura desde Crenshaw (2002 apud SANTOS, 2016) aponta para o cruzamento dos dados entre opressão de gênero e *raça* – destacando a violência estrutural na sociedade. O debate define a *interseccionalidade* como categoria de análise sobre discriminação racial e discriminação de gênero. O conceito compreende a interação entre diferentes sistemas de desigualdades. Destaca-se a importância dos movimentos feministas:

No cenário de crise de paradigmas, os estudos feministas apontaram que o pensamento científico ocidental estava fundamentado por oposições binárias entre cultura/natureza; mente/corpo; atividade/passividade; racionalidade/irracionalidade; luminosidade/escuridão; razão/paixão. Cada um desses opostos é uma hierarquia que representa o binarismo homem/mulher, onde o lado feminino é visto como fraco, secundário, negativo e destituído de poder. Para a filósofa Simone de Beauvoir (2009), essas são oposições que associaram historicamente as mulheres à natureza e não à cultura, moldaram a representação de que as mulheres são apenas aquilo o que os homens não são e conformaram a figura da mulher como símbolo de imanência e a imagem do homem como sinônimo de transcendência. Neste sentido, de acordo com Beauvoir, nas sociedades ocidentais o homem é o *Ser* e a mulher é o *Outro*, o *segundo sexo*. (p.14).

A autora coloca em pauta novos estudos feministas, elaborados por meio da perspectiva das experiências das mulheres (HARDING 1996; 1998, apud SANTOS 2016, p.14). Destaca que esses estudos deram origem a temática das mulheres na academia:

Na História, as problematizações feministas fomentaram o surgimento do campo da *História das Mulheres*. Este campo surgiu na década de 1970 a partir da interação de historiadoras com o movimento feminista, impulsionadas pelo objetivo de superar a perspectiva androcêntrica presente nas escolhas de métodos, nas periodizações e nas fontes de análises que privilegiava o resgate de feitos de *grandes homens*. (SCOTT, 1992). (p.15).

No processo surge o termo *Mulheres* na discussão de *Gênero*. Sobre o tema:

Em muito contribuiu para esse processo o uso da categoria *mulher*, que estava ligada às discussões sobre o conceito de patriarcado, compreendido enquanto

sinônimo da dominação masculina. A categoria *mulher* pressupunha a existência de um tipo de opressão comum que atingia, indiscriminadamente, a todas as pessoas do sexo feminino (Idem, p.15 Apud PISCITELLI, 2002). (p.15).

Surgem alguns questionamentos:

A proposta de crítica e desconstrução da figura do homem universal evidenciava que a categoria *mulher*, construída no singular por estudiosas feministas, constituía-se como um conceito contraditório e equivocado (HARDING, 1998). Assim, ao criticar o privilégio epistêmico das mulheres brancas, enfatizando a diversidade presente na experiência feminina, ficou explícita a necessidade de reescrever o projeto político e teórico de emancipação das mulheres como sinônimo da luta empreendida pelos *feminismos*, sempre no plural. (p.16).

Esse momento dos feminismos na academia é importante para apresentar demanda por visibilidade. Gurgel (2014) aponta o reconhecimento da diversidade das mulheres no interior dos feminismos. Meados de 1980, as lutas feministas se aproximam de uma demanda mais social – em relação à pobreza – que marca a luta na América Latina. É a partir dessa diversidade do movimento que emergem debates sobre o movimento feminista negro. Encontramos dados que ilustram algumas questões no dossiê (2017) sobre direitos humanos e mulheres negras no Brasil elaborado pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial – FOPIR:

Dados demográficos: Em 2013 o Brasil tinha uma população de 59.4 milhões de mulheres negras, correspondendo a 51,8% da população feminina e 27.7% da população brasileira total (IPEA, 2013). (...) Situação social: As mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Somente 26.3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto que 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011). (p.11). (...) A taxa de homicídios de mulheres negras em todo o país é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de homicídios de mulheres brancas. (p.15).⁸

Os dados ajudam entender a complexa relação que se estabelece para dar destaque e importância ao feminismo na experiência das mulheres (negras). Na tese, levamos o debate para sala de aula, colocando a discussão sobre as mulheres com os jovens, alunos e alunas. Estudos apontam avanços dos feminismos (DINIZ E FORTAN, 2004; GURGEL, 2014, CORREA, 2016) e localizam a produção dentro da questão de gênero, com dados históricos da produção acadêmica e do movimento feminista. Em relação ao movimento negro, há dois marcos: a retomada dos estudos sobre a questão racial no início da década de 1980, com trabalhos sobre desigualdade social, mercado de trabalho e educação, e, recentemente, as cotas raciais e as políticas de ações afirmativas.

Em *A Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu (2002) explica a (re)produção e a persistência das relações de dominação de gênero a partir do conceito de *habitus*, sistema (socialmente constituído) de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo, sujeito à inércia (resistência física à modificação de seu estado de movimento). A subjetividade de gênero, corporificada,

⁸ <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>

estruturada internamente e expressa em posturas masculinas ou femininas (experiência individual), é continuamente realimentada pela objetividade da realidade social, por uma organização social baseada em divisões de gênero (experiência histórica). Gurgel (2014) diz:

Ao identificar o sistema patriarcal como o seu inimigo histórico (DELPHY, 2000), o feminismo definiu suas estratégias, tendo como base a superação dessa práxis de dominação. Assim sendo, como afirma Falquet (2011), a unidade relativa do feminismo em torno desse projeto emancipatório e a experiência de educação popular, impulsionadas pelas organizações de mulheres, são, sem dúvida, elementos que demarcam a memória social do feminismo, funcionando como catalizadores dos debates atuais em torno da representatividade do movimento, situado no contexto do neoliberalismo. (p.69).

Evidenciando o feminismo negro, Santos (2016) questiona a categoria *mulher*, no singular, por produzir equivocada sensação de homogeneidade. Discute também “sobre a pertinência do conceito de patriarcado, que passou a ser entendido como esvaziado de conteúdo, ao ser tratado como um sistema opressivo, a-histórico e essencialista (Apud PISCITELLI, 2002, p.16).” Destaca a teoria do *Black Feminism*, que “desenvolveu-se de modo expressivo nos Estados Unidos por meio das proposições de Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks e, mais recentemente, Patricia Hill Collins, entre outras” e a obra de Lélia Gonzalez (antropóloga e feminista negra brasileira). (idem, ibidem, p.16). Para a autora, há uma naturalização da escravidão e das condições das mulheres negras.

As argumentações e levantamentos teóricos servem para ilustrar constatações da manifestação da questão social pelo movimento negro, que se acentuam na experiência das mulheres negras – dentro da esfera do próprio feminismo. A potencialidade do feminismo negro é subversiva, afronta a hegemonia da dominação masculina e a hegemonia da cultura branca exclusivista e questiona a invisibilidade das mulheres negras. (p.17). O movimento negro feminista define o conceito de *interseccionalidade* como referência fundamental:

(...) sistematizada conceitualmente pela professora de direito Kimberlé Crenshaw na década de 1990, encontra-se na base do pensamento do feminismo negro. Esta corrente teórica não teve origem nos anos 1980, como aponta parte da bibliografia. Na verdade, ela surgiu na metade do século XIX, quando Sojourner Truth (1797-1883), que é definida como a pioneira da teoria do feminismo negro norte-americano, proferiu o discurso *Ain't I A Woman?* na Conferência dos Direitos da Mulher de Ohio em 1852. (p.18)

Assim, “desta forma, discutir de modo relacional os significados da negritude e da branquidade, assim como as especificidades de outros grupos étnico-raciais, constitui um dos desafios do campo dos estudos feministas no cenário atual.” (Vron Ware 2004, p. 17 apud Santos 2016, p.18). Aborda-se a invisibilidade das mulheres negras na historiografia da História das Mulheres, onde “a violência simbólica instituída contra a mulher negra nesses estudos está na *não-representação*, na negação, que é uma recusa de existência social e de humanidade.” (WIEVIORKA, 2007, p. 130, apud

Santos 2016, p.21).” .

É importante destacar contrapontos, como o trabalho de Maria Lúcia de Barros Mott (1991) sobre a trajetória de mulheres negras, escravizadas e libertas que empreenderam distintas práticas de resistência no período colonial. Um ponto da nossa formação nacional fica muito claro quando ela revela a luta contra questão da violência sexual sofrida pelas mulheres negras escravizadas. (pp. 21-22). A luta das mulheres negras entrou na “Zona de silêncio” na produção acadêmica no Brasil, diferente da Norte Americana, que trata da questão de “cor” desde meados de 1981.

Nessa historicidade, com idas e vindas de conceitos e projetos de feminismos, Santos (2016) destaca que é importante o retorno da categoria *mulher*, substituída pelo termo *gênero*, que gerou enfraquecimento da prática política feminista ao diluir o sujeito mulher. É fundamental a disseminação do conceito de *interseccionalidade* e da categoria *branquidade* além de evidenciar a diversidade que permeia a experiência das mulheres, em intersecção com gênero e outros marcadores sociais. (p.28). São estratégias fundamentais para romper os silêncios e desafiar noções de discriminação e desigualdade, por isso é importante “*escrever a respeito delas e assim tornar histórico o que até então havia sido escondido da história.*” (SCOTT, 1999, apud Santos 2016 p. 23).

3.1 ATUALIZANDO QUESTÕES DA PESQUISA PARA O CAPÍTULO DO LIVRO

O feminismo negro na perspectiva da pesquisa não surge como uma disputa identitária que quer separar os movimentos sociais na contemporaneidade, como pode incidir crítica marxista aos movimentos que se desdobram em vertentes de identidades, acabando por esquecer a estrutura social. É justamente o pressuposto marxista, de um problema estrutural, como a pobreza e a desigualdade social no Brasil, que apresentam características de cor, gêneros, raça e sexualidades, que colocamos o estudo.

Ciente que a temática aparentemente tire o foco da luta estrutural, no entanto, e na verdade, ela mostra que a ausência de mulheres negras é um problema estrutural e precisa entrar em pauta nos movimentos sociais para fazer parte de uma questão política. A hipótese principal, é que professores e profissionais técnicos, através de políticas educacionais, podem ser multiplicadores do tema. Foi dessa forma que compreendemos o estudo da temática via *intersectoriedade* das políticas e a importância dela para revelar estruturas de desigualdades sociais.

O estado vem empreendendo Políticas sociais que intercalam políticas educacionais e podem se associar com políticas culturais e artísticas como, por exemplo: alunos do Mediotec/pronatec, política federal e estadual, são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Podemos selecionar filmes nacionais que fazem parte da Política Nacional de Cultura (PNC-2011-2020)⁹. A meta 21 visa 150 filmes de longa-

metragem lançados a cada ano em salas de cinema do país (2016 tivemos 142 – nenhum dirigido por uma mulher negra). Relacionamos ainda com a Lei 13.006 de 14 de junho de 2014¹⁰ que exige exibição de no mínimo 2h mensais de filmes nacionais na educação básica.

Os últimos dados divulgados pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE, 2016) impulsionem as questões¹¹; como também a Pesquisa “Perfil do cinema brasileiro (1995-2016)” do GEMAA¹². Na área cultural, o trabalho de pesquisa de Lia Calabre¹³, elucida questões onde “claramente pode ser percebido um movimento de constante descontinuidade no processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura”. Nele vemos que as décadas de 1970-80 as ações federais aparecem de maneira mais detalhada. Ao final do estudo há cronologia de 1937 até 1991 – importante para pesquisa histórica da questão no século XXI, problematizando a área de incentivo, do ponto de vista do governo federal, a partir do primeiro governo Vargas.

Estamos inclinados a pensar como as políticas se relacionam, sejam elas sociais, educacionais, culturais ou artísticas, e como podem ser influenciadas por debates dos movimentos sociais e da sociedade civil, influenciando em políticas (culturais) específicas e focalizadas. Colocamos a questão do ponto de vista não somente da Política puramente e como ela se constitui formalmente. Mas, por exemplo, em uma análise mais profunda, no caso da tese, como um educador pode problematizar a questão da *ausência de mulheres negras cineastas*, apoiado, nesse caso, na própria autonomia docente para formulação do conteúdo de trabalho perpendicular com a ementa do curso.

Na UFF, por exemplo, a disciplina “Cinema e mulheres” foi um pedido do próprio departamento depois de conhecimento da pesquisa, entrando como “tópicos especiais em ciências sociais II¹⁴”. A própria política educacional do ensino superior possibilitou abertura de construir todo caminho teórico-metodológico e inserir o debate na formação docente, pois o campus tem majoritariamente cursos de licenciatura¹⁵.

Na escola técnica em tempo integral do estado de Pernambuco, a política intersetorial em redes de cooperação foi importante. Vincula-se a ideia de expansão educacional e aumento da qualificação profissional de jovens, promovida e financiada pelo MEC e implantada em parceria com entes estaduais, que fornecem estrutura física para as ações do Mediotec. Novamente a autonomia docente, na disciplina “Lazer, corpo e sociedade” no curso técnico de Lazer permitiu problematizar a metodologia da

9 http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/

10 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm

11 <https://www.ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Diversidade%20FINAL%20EM%2025-01-18%20HOJE.pdf>

12 <http://gema.iesp.uerj.br/boletins/boletim-gema-perfil-do-cinema-brasileiro-1995-2016/>

13 <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>

14 Essa numeração aconteceu para que os discentes que cursaram Ciências Sociais I, pudessem se inscrever sem serem bloqueados pelo sistema online da Instituição.

15 Exceto Bacharelado em matemática.

disciplina “cinema e mulheres” iniciada e interrompida na metade de 2017.2, na UFF-Pádua.

Lia Calabre (2007) afirma que:

Podemos afirmar que hoje duas questões centrais compõem a pauta das políticas de cultura: a da diversidade cultural e a da economia da cultura. As problemáticas que as envolve têm uma série de pontos interseccionados, (...) acompanhados por possíveis formas de atuação na elaboração de políticas. (p. 14).

Em 2017, dez anos depois, sobre o MinC, a autora coloca que:

O Programa Cultura Viva, criado em 2004, é um marco de efetividade, no que diz respeito à ampliação do conceito de cultura, dentro das ações do Ministério. O programa, além de promover à ampliação do escopo do público atendido e dos interlocutores acionados, buscou inovar nas formas de ação do Estado e no papel planejado para cada um dos integrantes do mesmo (permitindo maior liberdade de ação das iniciativas financiadas).

Chagas (2014) sobre o Programa Cultura Viva:

O Programa Cultura Viva surge a partir de um conflito de ideias, dentro do Ministério da Cultura, no início da gestão do ministro Gilberto Gil, a partir de 2004. As ações do ministério estariam focadas nas Bacs (bases de apoio à cultura), que seriam centros construídos nas periferias das grandes cidades. De acordo com Célio Turino (2009), as Bacs não possuíam um conceito bem definido enquanto política cultural, que tivesse foco na produção e nos processos culturais, limitando-se a serem espaços pré-estabelecidos e construídos numa lógica arquitetônica igual para todo o país. (p.54).

O autor aponta que:

O Programa Cultura Viva tem sua base de formação em ações culturais tais como: Escola Viva, tendo como objetivo integrar os pontos de cultura às escolas, na intenção de se formar uma rede de articulação entre escola e comunidade, na qual cultura faria essa articulação; Ação Griô, visa a implementação de uma política de valorização da tradição oral, presente na cultura de muitas comunidades brasileiras, mantida por pessoas que repassam em forma de narrativas ou casos contados, os conhecimentos adquiridos de seus antepassados; Cultura Digital, esta ação tem como finalidade interligar as atividades dos pontos de cultura através da tecnologia digital, possibilitando a circulação das diversas produções dos grupos locais; Agente Cultura Viva, se constitui em uma ação de articulação entre educação, cultura e trabalho, sendo nesta frente a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, por fim o programa se constitui com a ação dos Pontos de Cultura sendo essa a sua prioridade, pois engendra todas as demais ações. (p. 56).

As colocações atuais para área da cultura são flutuantes, por causa dos limites das próprias políticas descontinuas como dito por Calabre (2007). Mas, produzindo textos, como esse, que são desdobramentos da tese, chegamos ao primeiro espaço (campo) social e começamos a investigação. Partindo da atividade docente do autor no ensino superior, a formação docente e cursos de extensão universitária, na Parte I elaboramos justificativas e proposições da tese. Para começar as atividades em sala problematizamos questões teóricas, adaptadas posteriormente para o ensino médio/técnico (Parte II).

Para Parte II estudamos a Política do MEC com o Mediotec/Pronatec¹⁶ e a relação da proposta com as escolas técnicas (DUTRA, 2014) em tempo integral em

Pernambuco. Neste capítulo pontuamos o que pensamos para extensão Universitária, que sofreram alterações, por causa da mudança do público. Percebeu-se que os temas eram desconhecidos do alunado. Destacamos principalmente inexperiência em atividades sexuais e presença da religião cristã, distinto da comunidade LGBT presente na UFF – com envolvimento em política e movimentos sociais de forma intensa e engajada.

Interessa-nos que os argumentos foram construídos dando ênfase a (des)igual estrutura social, com dados e indicadores sociais, fundamentando contexto histórico-social brasileiro. Ao longo das pesquisas debatemos sujeitões, mulheres e cinema, do ponto de vista da estrutura social, inserindo a questão social e de identidades. Os debates nos levaram entender a construção de masculinidades, para assim aprofundar compreensão sobre os feminismos, ou melhor, a importância dos movimentos feministas diante o enfrentamento social e de questões contemporâneas.

Com o estudo busco responder uma pergunta: *Cadê as pretas cineastas?* Para construir resposta coerente destacamos investigação que encontramos nas referências virtuais: Blog Geledés, o canal Afroflix; o coletivo Kbça D´Nêga¹⁷; Canal da OdunFp¹⁸. Estas apresentam formas de resistência política e social para população negra no audiovisual, e desvelam intensificação do desigual acesso aos mercados de bens simbólicos para mulher negra. Os grupos destacados são reflexos dos movimentos sociais contemporâneos, tanto do movimento negro, como dos movimentos feministas.

1	Noiva do cordeiro	https://www.youtube.com/watch?v=cvmj1horxso
2	As sementes	https://www.youtube.com/watch?v=cczcoccm-9q
3	MULHERES DA TERRA	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=FKIQ69AVNNW
4	SEVERINAS	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=VT62PUHEABW
5	ENTRE MULHERES	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=KVJZB7BWGG0
6	Flores do campo	https://www.youtube.com/watch?v=ajleiqq-oo0&t=1s
7	MULHER OLHO DE PEIXE	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=0B96F2F5OUG
8	MULHER DO FIM DO MUNDO	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=CEYEXYGPJGS&T=5S
9	Mulheres negras no cinema nacional	https://www.youtube.com/watch?v=oqoiz4fp5bc
10	O DIA DE JERUSA	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=0RY3PKRCPIQ
11	ESPERANÇAS - EU, MULHER NEGRA.	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=LEBHRBYCDD4
12	AMOR MALDITO (1984) DE ADÉLIA SAMPAIO (PRIMEIRA DIRETORA NEGRA DO BRASIL)	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=XUCURBDEVUE
13	UMA JORNADA NA BUSCA POR IDENTIDADE E PROPÓSITO JULIANA LUNA TEDXUERJ	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=YYSHSRXNN_E
14	IRMÃ	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=8PRYM0SRQJY
15	BRASIL: UMA HISTÓRIA INCONVENIENTE	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=EXVKR4JIGDK

16 <http://portal.mec.gov.br/mediotec>

17 <https://www.facebook.com/kbcadnega/>

18 <https://www.youtube.com/user/Odunfp/videos>

16	A mulher no cinema I episódio	https://www.youtube.com/watch?v=jpap4pycds8
17	Machismo - treta #36	https://www.youtube.com/watch?v=9-vj03kmb5m
18	FEMINISMO RADICAL - TRETA #34	HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=WEMXP0WKUGY
19	Feminismo e a mulher no Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=xqy6q9ogvae
20	Negro ou preto? I #depretas	https://www.youtube.com/watch?v=xxzccqpfuk
21	Nabby Clifford - negro ou preto?	https://www.youtube.com/watch?v=zd4jaaed7jy
22	Vista minha pele	https://www.youtube.com/watch?v=lwbodkwuhcm
23	Tia Ciata*:	Não está online (Por exigência dos festivais)
24	Bixa Preta	https://www.youtube.com/watch?v=0u-HTPRGRVE
25	Da minha pele*	(Só consta trailer online) https://www.youtube.com/watch?v=TQvuC0iNbR4
26	Kbela	https://www.youtube.com/watch?v=LGNIn5v-3cE

Tabela 1 – Lista de filmes utilizados nas experiências (elaboração própria):

4 | CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Este capítulo do livro foi elaborado com base em artigo que marcou o primeiro ano de doutoramento em Política Social, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa se transformou e infelizmente não desenvolvemos os projetos de extensão. As conclusões são referentes as proposições iniciais, mesmo tendo atualizado alguns dados.

Em sua tese, Resende (2016, p.13) se questiona:

Como produzir um espaço capaz de abrigar as diferenças e lugares múltiplos que, juntos, possam produzir sentido? Isso significaria portanto pensar os meios, os processos, os modos de fazer, pensar antes da ideia de “obra” – como coabitar o mundo, pois o mundo não é algo que demanda ser fundado, mas que é feito para ser habitado, como foi dito numa discussão em torno do *Ver juntos* (2003: p. 54), de Jean-Toussaint Desanti (...) . (p.13).

O tema surgiu após acontecimentos de violência contra as mulheres na cidade de Santo Antônio de Pádua (cerca de 250 km de Niterói-RJ, onde tem um campus da UFF). Achamos importante propor os cursos de extensão, discutindo questões específicas das mulheres para buscar estratégias de combatermos as opressões. Os diálogos foram via Educação em Direitos Humanos (EDH), tendo o cinema como tema gerador e possibilidade criativa para desvelar uma questão político-social.

Tentamos dar visibilidade aos estudos feministas, com ênfase na questão étnico-racial, desvelando a importância das mulheres negras para emancipação da população negra. A ideia central foi contemplar perspectivas do pensamento social, especificando a questão feminista negra. Reafirmamos a importância do surgimento do movimento feminista para compreender a *dominação masculina* nas estruturas de poder. Os argumentos ajudam pensar a estrutura pautada em uma histórica desigualdade, com traços racistas – dentro de uma hierarquia social escravista. A partir disso, levantam-se hipóteses macrosociológicas, compreendendo a pluralidade do campo.

Foi fundamental entender os movimentos feministas para questão social

identificada pela estrutura desigual dentro das esferas de poder (político, econômico, social, cultural) que gera a *ausência de mulheres negras cineastas*. As escolhas teóricas apontam conceituações – como se verifica no próprio título do capítulo, colocando em destaque o “Feminismo negro” e optando por não utilizar o termo “Gênero”, pauta tratada por Santos (2016), para dar *ênfase na questão das Mulheres*. O texto tem ligação com questões específicas das mulheres – embora o autor compreenda sua não experiência feminina, e, portanto, distinta da experiência das mulheres no corpo e na cultura.

Há limites na experiência dissertada, mas há o interesse acadêmico e social de compreender o campo, mesmo com a limitação subjetiva da vivência humana. Neste sentido, o estudo toma como base questões sobre identidades sociais, onde precisamos apontar a distinta experiência do autor em relação ao grupo social que desvela a tese, construindo matriz feminista para estudos sobre gêneros e masculinidades. A justificativa para o desafio são as atividades como docente interessado em romper com estruturas e revelar questões políticas sociais através do cinema e da educação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **O autor como produtor**. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, Pierre. **O mercado de bens simbólicos**. In: Estudos sobre as artes e o mercado. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. III ENECULT, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil, 2007.

_____. **Políticas culturais e os desafios setoriais: a área dos equipamentos culturais**. Calle 14 revista de investigación en el campo del arte, 12(22), 188-199, 2017.

CHAGAS, Fernando Luiz Silva. **Programa cultura viva: Potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura: A experiência da Associação Cultural Tribal**. 132.f, Dissertação (Mestrado) – Escola de Serviço Social – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2014.

DINIZ, Debora; FOLTRAN, Paula. **Gênero e feminismo no Brasil uma análise da revista estudos feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, set-dez/2004.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Educação integral no estado de Pernambuco: Uma política pública para o ensino médio**. Recife: Editora UFPE, 2014.

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos**. Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias**. Rev. Estudos Feministas, ano 9, 2001.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre gênero para os estudos sobre homens e masculinidades.** Rev. Estudos Feministas, ano 14, 2008.

RESENDE, Douglas. **O espaço comum na prática do filme documentário [manuscrito]: memórias de uma comunidade de cinema.** 165 f., : il. + 1 DVD. Tese (doutorado) – Escola de Belas Artes, UFMG, 2016.

TEDESCO, Marina Cavalcanti. **Da esfera privada à realização cinematográfica: a chegada das mulheres latino-americanas ao posto de diretoras de cinema.** Extraprensa (USP) – Ano VI – nº 10.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. **Os estudos feministas e o racismo epistêmico.** Revista GÊNERO, Niterói, v.16, n.2 (p. 7 – 32) 1.sem. 2016.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. **As ONGs de mulheres negras no Brasil.** Rev. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490